



ENTREVISTAS



Submissão - 06/01/2016

Aceite 06/08/2016

ENTREVISTA COM GIOVANNI ALVES

Lívia de Cássia Godoi Moraes¹
Vinícius Tomaz Fernandes²

Giovanni Alves é pesquisador e professor da área de Teoria Sociológica, com ênfase em Sociologia do Trabalho. Atualmente, leciona como professor visitante na UNICAMP e é professor livre-docente da UNESP/Campus de Marília. É um dos mais expressivos pesquisadores da área de Sociologia do Trabalho no Brasil, com bolsa-produtividade do CNPq, é também fundador da Rede de Estudos do Trabalho (RET). Conta com mais de uma dezena de livros publicados, sendo o mais recente “Trabalho e neodesenvolvimentismo”, publicado pela Editora Práxis, em 2014.

1 Graduada em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara, mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Marília, doutora em Sociologia pela UNICAMP. Pós-doutora em Política Social/UFES, bolsista PNPd/Capes, pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Dinheiro Mundial e Financeirização/UFES. Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui capítulo de livro publicado na coleção “Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil”, vol. II, sob organização do Prof. Dr. Ricardo Antunes, publicado pela Boitempo Editorial. Email liviamoraes@outlook.com
Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas e Naturais – CCHN, IC-II, sala 16. Av. Fernando Ferrari, 514, 29075-910 - Vitória - ES, Brasil, tel. (27) 4009-2506.

2 Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Email viniustomazfernandes@gmail.com
Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas e Naturais – CCHN, Av. Fernando Ferrari, 514, 29075-910 - Vitória - ES, Brasil, tel. (27) 4009-2506.

Nesta entrevista, realizada em setembro de 2015, durante “I Seminário de Estudo do Trabalho: precarização do trabalho e crise do capitalismo”, promovido pelo Núcleo de Estudos do Trabalho (NET), da Universidade Federal do Espírito Santo, Giovanni Alves debate a conjuntura do Brasil recente a partir de categorias originais de suas análises, bem como apresenta divergências e convergências quanto às escolhas teórico-metodológicas com autores contemporâneos, tais como Ruy Braga (USP), Guy Standing (University of London) e Jessé de Souza (UFF/IPEA).

Nos seus mais recentes livros e textos você fala que estamos vivendo uma precarização estrutural e uma precarização existencial do trabalho. Você poderia nos explicar como estes dois tipos de precarização se relacionam?

A precarização existencial é a precarização das relações de existência. É preciso verificar quais são essas condições de existência. Não se pode pensar só no local de trabalho, onde é de fato que você produz valor, onde vive a condição salarial. A condição de existência se dá no plano da reprodução social. Um exemplo é a questão do espaço urbano: a força de trabalho circula no espaço urbano, nas cidades e nas metrópoles. No caso do Brasil, temos uma degradação do espaço urbano nos últimos dez anos. O Brasil, na medida em que cresce, não consegue resolver certos problemas deste espaço, temos problemas, por exemplo, na mobilidade urbana. É um elemento de estresse nas grandes cidades. Cresceu o tempo que o trabalhador leva de casa para o trabalho. A jornada de trabalho não é só aquela que está no contrato. É aquilo mais o tempo que leva de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Isso é uma precarização existencial, que muitas vezes não está visível. Outro exemplo é o modo de vida. A precarização existencial é um modo de vida que degrada a vida do trabalhador. A precarização existencial diz respeito a relação que você faz entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer, o tempo de vida, as relações que você tem lá fora. Você pode pensar também as relações de consumo, ela é parte da reprodução. Você tem um consumo que é muito manipulado, e a manipulação degrada as condições de existência, ela é uma extensão da alienação para esta esfera da reprodução. A alienação não está só no trabalho, está na vida, está nas relações sociais, na esfera da existência. Esse conceito de precarização existencial tenta deslocar o olhar para questões que envolvem também

o modo de vida. O modo de vida é importante para pensar a *precarização da pessoa*, que é outro conceito que desenvolvo, é o resultado entre essas duas precarizações. Precarização salarial somada à precarização existencial é igual à precarização da pessoa. A precarização da pessoa é o resultado dessas formas de degradação da existência e do consumo da força de trabalho como mercadoria no plano do local de trabalho. Tudo isso é parte da precarização estrutural do trabalho, a que Mézáros ressalta, e que vem se ampliando nos últimos 140 anos. O capital reestrutura não apenas as empresas, reestrutura todo o modo de produção da vida, que implica tanto a condição salarial quanto a condição da existência no plano da reprodução.

As tecnologias introduzidas nos últimos 40 anos, sob hegemonia toyotista da organização do trabalho, acarretam em especificidades sobre a subjetividade dos trabalhadores. Como você caracteriza essas especificidades? Os impactos são diferentes para os que têm sua produção caracterizada como trabalho imaterial?

Utilizo esta categoria do trabalho imaterial, mas não a penso isoladamente. É claro que a produção capitalista hoje se caracteriza muito por este componente do trabalho imaterial, mas isto é por conta do desenvolvimento da base técnica, quer dizer, algumas atividades exigem um tipo de relação do chamado trabalho cognitivo, máquinas informacionais. O trabalhador se relaciona muito com a dimensão simbólica, tal qual a da comunicação. Cresceu o componente do trabalho imaterial, mas ele não está isolado do trabalho material. Se você analisar o trabalhador coletivo, ele articula essas duas dimensões, o trabalho material e imaterial. Não tem como dissociá-los na produção do capital. O toyotismo evidentemente nasce nesse contexto, é uma inovação organizacional, é uma forma de gestão. A hegemonia ideológica da gestão toyotista tem relação com o desenvolvimento de uma nova base técnica, o sistema onde se empregam cada vez mais novas máquinas, exigindo novas formas de gestão, se elegendo a mais adequada. Na gestão toyotista você tem a presença muito forte da ação comunicativa, a qual se articula muito bem com a predominância do trabalho imaterial, de modo a envolver o sujeito. Não é meramente o trabalho cognitivo, é o trabalho afetivo, comportamental, com investimento da subjetividade. É por isso que o nexo fundamental do toyotismo é a captura da subjetividade. Portanto, há uma relação entre o toyotismo, predominância do trabalho imaterial e

a captura da subjetividade. Estou me referindo à indústria tanto quanto aos serviços, nos quais existem estas novas estratégias de gestão que buscam trabalhar nesta nova base técnica, onde o trabalho imaterial é um componente fundamental.

No seu último livro você caracteriza o neodesenvolvimentismo como um projeto político alternativo ao neoliberalismo. Mesmo em tempos áureos do governo Lula, cientistas sociais e economistas questionavam a efetividade deste projeto. Na conjuntura atual, como você pensa o neodesenvolvimentismo?

O neodesenvolvimentismo tem que ser distinguido de duas coisas, primeiro o neodesenvolvimentismo não é nacional-desenvolvimentismo, muita gente pensa que só porque é “neo” é uma forma de desenvolvimentismo, como aquela que nós tivemos nos tempos áureos do nacional-desenvolvimentismo. Ele não é um projeto de desenvolvimento que consiga se equivaler aos projetos de desenvolvimento capitalista nos anos 1950 e 1960. O desenvolvimento do capital nas condições de sua crise estrutural não permite mais aquele tipo de projeto. A primeira coisa é esta: não esperar muito deste termo. Ao mesmo tempo, o neodesenvolvimentismo não é igual a neoliberalismo, existem distinções no modelo de desenvolvimento. O neodesenvolvimentismo indica, sem dúvida, uma maior presença do Estado nas estratégias do país, enquanto no neoliberalismo há uma presença muito forte do mercado. Não é à toa que o neodesenvolvimentismo é identificado, por exemplo, com projetos de desenvolvimento de outros países, não apenas do Brasil, tais como África do Sul, Índia, China. Todos são formas de neodesenvolvimentismo. Em suas devidas proporções, todas as formas de neodesenvolvimentismo têm uma forte presença do Estado induzindo a expansão do capital, mas adotando também políticas sociais, compensatórias, com aumento do gasto público, redução da pobreza extrema. Isso é indiscutível, não há como dizer que são a mesma coisa os governos de Collor, FHC e Lula, Dilma. É claro que o Estado é o Estado neoliberal. No caso do Brasil, existem projetos neodesenvolvimentistas que não conseguiram abolir o Estado Neoliberal, esse é o limite do neodesenvolvimentismo. O Estado Neoliberal que se constituiu nos anos 1990 ainda persiste. Neodesenvolvimentismo e neoliberalismo são modelos de desenvolvimento capitalista, as diferenças não permitem dizer que são dois modelos radicalmente diferentes. Elas são modulações dentro do mesmo blo-

co histórico do capitalismo neoliberal. No plano do sistema mundial, esse bloco histórico é hegemônico, isso não podemos negar. No Brasil, o Estado neoliberal constrange a expansão dessas políticas de desenvolvimento, constrange de diversas formas. Em uma situação de crise, podemos verificar cada vez mais esse constrangimento e essa incapacidade desse projeto. Ele passa, inclusive, pela disputa por governabilidade, e incorpora elementos da hegemonia neoliberal. Em uma época de crise, é como se o neodesenvolvimentismo mudasse sua dinâmica, recuasse, e a hegemonia neoliberal avançasse. É o que estamos vivendo hoje, é um governo sitiado, com uma série de dificuldades, e se rendendo em certas áreas ao programa neoliberal. Em certas áreas, e as pessoas não percebem, ainda se preservam alguns pilares daquele projeto neodesenvolvimentista do governo Lula e do primeiro governo Dilma, como os programas sociais, o fato de o salário mínimo ter tido aumento real, acima da inflação. O gasto público também tem crescido muito desde 1998, basta verificar o crescimento do gasto social, por conta da constituição de 1988. Isso é, em si, uma contradição, já que o capital quer quebrar essas conquistas. Isso é neodesenvolvimentismo, um modo de desenvolvimento que se origina de uma fratura do modelo neoliberal, que é hegemônico no mundo. Essa fratura permite que o Estado consiga ter um papel importante, que é negado pelo neoliberalismo.

Em sua concepção de precariado você resalta trabalhadores com alta escolarização. Seu projeto Cinevídeo produziu um documentário sobre a precarização do trabalho dos juízes. O que explica o seu interesse em se centrar nestes grupos com qualificação mais complexa?

Por que fui pesquisas juízes? Poderia estar pesquisando bancários, metalúrgicos, químicos... Veja bem, isto é parte da minha tese de que a precarização do trabalho hoje não é uma precarização só dos pobres, dos proletários propriamente ditos, aqueles que conhecemos sendo como sendo classe trabalhadora. Hoje a precarização do trabalho atinge inclusive essas camadas médias, os profissionais, aqueles trabalhadores que muitas vezes não têm uma identificação com a classe trabalhadora, e nós nem os reconhecemos como trabalhadores. Muitos são agentes públicos, que têm uma vinculação com o poder. Mas a precarização do trabalho, a ofensiva do capital e a degradação atingem estes contingentes. Eles estão sofrendo também

com a precarização. Não propriamente com a precarização no plano da remuneração. Eles ganham bem, mas a questão é outra. A questão é que a precarização se dá nas condições da existência e também na dimensão da pessoa humana que trabalha. Esses setores estão passando por intenso processo de reestruturação produtiva, a gestão toyotista, as novas tecnologias informacionais. O impacto disso na pessoa é muito grande. Os adoecimentos entram nessas categorias. Como explicar, por exemplo, o adoecimento destas categorias de trabalhadores? São trabalhadores altamente qualificados, profissionais, mas sofrem a alienação do capital. É essa a questão. O objetivo é este, mostrar que a alienação está presente inclusive nesses profissionais, o que não significa que tenham consciência de classe, porque há um impedimento objetivo dessa consciência. Porque a consciência de classe depende de mediações no plano da estratificação social. Como eles têm muito *status*, prestígio, um bom nível de consumo, isso é um fetichismo. O fetichismo da mercadoria impede que esses trabalhadores médios, de classe média, consigam fazer a crítica do capital.

O que diferencia o precariado do proletaroides?

O precariado é uma camada social do proletariado. Isso é para se contrapor por exemplo ao Guy Standing que vê o precariado como uma nova classe, a classe perigosa. Não é uma nova classe social, é uma nova camada. O proletariado é feito de camadas. Ela surge a partir dessa delimitação com respeito às variáveis de educação, faixa etária e condições de vida e trabalho. O proletariado é uma classe constituída por frações, camadas, categorias. Se não entendermos isso, vamos achar que o proletariado é uma “geleia” só, e não é. A questão é verificar esses detalhes. Na minha interpretação o precariado é uma camada especial, onde há uma contradição radical do capitalismo. É um sistema incapaz de dar perspectiva de penetração humana. A juventude se forma, com diploma e expectativas de carreira, de trabalho, de consumo, de família, mas vê que o sistema não vai oferecer muito futuro. Esse é o precariado, é jovem. Mas não são todos os jovens, são jovens altamente escolarizados, com uma série de ambições e anseios de realização pessoal, profissional, e se frustram. O precariado é um caldo de frustração existencial, profissional, pessoal... Acho que a frustração da juventude não é a mesma da vida adulta, ela é específica. Saliento muito essa questão geracional, diferentemente de outros autores, que salientam só a parte da contratação: precariado

seria só aquele do contrato precário, e pronto. Particularmente, isto não me diz nada. O capitalismo sempre teve trabalhadores precarizados, qual a novidade deste conceito? Os proletaroides são uma outra camada que se manifesta. O gerontariado é uma outra camada, que são dos velhos que continuam a trabalhar mesmo após a aposentadoria porque estão inseridos em atividades precárias, tem outro tipo de frustração, de sofrimento. A gente tem que decifrar essas camadas sociais. Os proletaroides são aqueles trabalhadores pobres, jovens, que entraram no mercado de trabalho no neodesenvolvementismo com uma série de ambições e valores burgueses, de consumo de marca, afirmação pessoal. Eles querem invadir os espaços dos brancos de classe média, das elites, e ocorrem conflitos. Os rolezinhos de 2014 eram isso. Se expressam também na estética no funk ostentação, ostentando os ícones de consumo. É uma camada pobre, mas de cabeça burguesa. É um conceito até utilizado por Max Weber em *Ciência como Vocação* onde ele diz exatamente isso, proletaroides é classe média proletarizada, ou é proletário com cabeça de classe média.

Em que o proletaroides se aproxima e se diferencia dos “batalhadores brasileiros” de Jessé de Souza?

O Jessé de Souza utiliza essa expressão evidentemente em uma ótica positivista, já que em “batalhadores” podemos ter os mais diversos perfis ideológicos: batalhadores também para o mal, não só para o bem. Os proletaroides têm uma perspectiva de classe. O Jessé de Souza é weberiano. Embora o termo [proletaroides] seja um termo do Weber, ele já percebe uma coisa que eu saliento, que é de proletários com a cabeça burguesa. Já os batalhadores têm muito essa dimensão de microempreendedores. Não deixam de ser proletários numa condição muito excêntrica, com aquela ideologia do empresariado, sem uma perspectiva de classe. Quando o Jessé identifica isso, acho que identifica um fenômeno até mais amplo do que eu identifiquei, no sentido de que olhei muito para os rolezinhos, estava tentando explicar aquilo, já o Jessé identifica os batalhadores numa ótica de camada social que consegue mobilidade a partir desses valores de mercado. No mercado, você tem que batalhar, tem a questão da concorrência. São, portanto, conceitos primos-irmãos.

Em outras entrevistas você afirmou que o precariado foi a espinha dorsal dos protestos de 2013. Este precariado continua nas ruas e nos protestos em 2015?

Não, os protestos de 2013, 2014 e 2015 vão mudando de perfil. No próprio processo de 2013 vai mudando o perfil em suas etapas. Há uma primeira fase, uma segunda, uma terceira... é muito dinâmica, tem que ter cuidado. Eu falei espinha dorsal, e espinha dorsal não é o corpo, que é muito mais amplo, com outros setores e camadas. Primeiro entram os filhos, depois os pais e as famílias, depois sindicalistas, já muda o perfil ideológico, existe uma direita que se articula, isola setores originários. Existe o precariado, mas também tem outras camadas do proletariado, trabalhadores organizados tentando demonstrar uma inquietação, insatisfação. Também famílias de classe média. Ainda setores que a direita procurou explorar, já que todos os movimentos foram manipulados pela mídia, que pautou os movimentos. Não são movimentos espontâneos. Tem uma manipulação política, embora haja um fato social que é a erupção de uma inquietação dada pelo precariado, mas é uma ilusão achar que isso é espontâneo, como é a leitura feita pelo Ruy Braga. Eles acham que qualquer movimento é espontâneo e a espontaneidade é revolucionária. Como é que pode ser revolucionária na época do capitalismo manipulatório? A espontaneidade é complexa. 2013 teve a revolta do precariado, mas também foi o canto de cisne da direita, saiu pela primeira vez às ruas, tinha que derrotar o governo, era véspera de eleição. Nós sabemos que quem articulou a primavera dos povos foi a CIA através das redes, explorando a insatisfação de massas proletárias. E era interessante para o departamento de Estado americano manipular esses movimentos em prol da derrubada de governos do interesse dos Estados Unidos. Não vamos nos iludir com essa pulsão plebeia. Ruy Braga às vezes idealiza movimentos como se fossem meramente uma questão de espontaneidade proletária, mas não é verdade, há muita manipulação. O próprio precariado é manipulado, tanto pela esquerda quanto pela extrema-direita. Neste ponto o Guy Standing tem razão, existe uma subjetividade de classe que é muito contraditória, esses jovens podem ser também a base social do fascismo.

Guy Standing afirma que o proletariado se aproxima politicamente tanto do populismo quanto do neofascismo. Para você, qual é o impulso político do proletariado?

O Guy Standing está certo. Ela fala tanto do populismo quanto do neofascismo. Esse movimento do precariado ocorre em que conjuntura? Numa conjuntura que tem todo um processo de dessubjetivação de classe, ofensiva neoliberal dos últimos 20/30 anos foi para dessubjetivar a classe. A nova geração nasce com a cabeça do mercado, não é uma geração que nasce com a cabeça do Marx, Lenin, Trotsky, não. Nesse ponto, como teve uma fragilidade imensa da formação de classe, com a crise dos partidos e sindicatos, evidentemente essa inquietação pode se traduzir por um ponto ou por outro, dependendo da disputa que há na sociedade. Evidentemente isso é um caldo cultural perigoso, por isto Standing vai chamar de classe perigosa, isso é parte do capitalismo manipulatório que está criando um vácuo ideológico no caso da perspectiva de classe, para depois manipular. Isso é bom para a preservação de interesses em favor da hegemonia estadunidense. Essa é uma pauta da CIA (Agência Central de Inteligência), que sabe que pode pautar a agitação via redes para desestabilizar governos que não sejam simpáticos ao Departamento de Estado Americano. A juventude também é massa de manobra como é todo movimento social, isso não quer dizer que não exista a extrema-esquerda socialista, que a juventude não tenha um componente socialista, o qual, entretanto, não é componente hegemônico. Há, por um lado, uma extrema-esquerda e, de outro lado, uma extrema-direita, e, no meio, uma grande massa que às vezes é movida com uma inquietação contingente, por uma crise dos sentidos. A juventude é muito sensível a isso.

É possível organizar sindicalmente o precariado? Se sim, quais os desafios e como superá-los?

Para organizar sindicalmente o precariado é necessário que os sindicatos mudem sua estrutura, sua estratégia. Os sindicatos estão organizados hoje em um modelo vertical, um modelo fordista, uma burocracia sindical distante destes setores precários, desorganizados, porque são *part-time*, são setores às vezes sem identidade com a categoria, ligados a serviços, que são difíceis de se organizarem. Para que ocorra a incorporação é necessário que haja disposição política de certos sindicatos para tentar ser criativos. Este é o desafio: o grande desafio é fazer a unificação do proletariado. É por isso que quando se identifica o precariado como sendo uma camada social, não se reduzindo a trabalhadores precarizados, você identifica uma cama-

da específica, diferente das camadas dos trabalhadores assalariados organizados sindicalmente, estáveis, inclusive com trabalhadores precarizados de outra natureza. Às vezes pode haver trabalhadores precarizados que não são jovens nem escolarizados. A grande tarefa política do século XXI é unificar o proletariado, o qual está dividido em camadas, e uma pauta política sindical que faça esses setores se aproximarem, o que é o mais difícil. A fragmentação da esquerda dificulta a unificação da classe. A esquerda está fragmentada por conta das disputas por aparelhos. Há dificuldade de se ter um entendimento comum da conjuntura. Enquanto isso, só se faz agudizar a fragmentação do proletariado. Em termos de Brasil, a própria conjuntura vai exigir uma unidade na luta. A luta é maior do que outras necessidades. Alguns setores de esquerda estão começando a combater juntos, porque a ofensiva programática da direita hoje faz com que a própria esquerda se unifique, e isso é positivo. Tem muita coisa pela frente, a questão não é só mobilizar para ir às ruas, palavras de ordem, é criar uma alternativa, uma frente política, um programa popular, democrático, socialista. Não se pode esquecer da transição. Não dá para pensar neste país em reformas socialistas, é ilusão, é dispersão, é loucura e é delírio achar que em um país continental como o nosso poderia adotar uma estratégia de governo socialista. O Brasil é o elo mais forte do imperialismo na América Latina. Existem camadas da população aquém da mercadoria, que têm uma perspectiva de consumo, de modernização. A própria classe trabalhadora se desorganizou muito nos últimos quinze anos, por conta da reestruturação produtiva e da ofensiva do capital. É necessário que haja um processo de consolidação de instituições democráticas, que se possa criar uma dinâmica social que avance mais. Essa interpretação pode ocasionar uma divisão: você tem uma esquerda que parte de uma bandeira, outras não. Eu sou otimista, acho que em certas lutas vamos ver todos juntos, em outras não, mas isso é um desafio. A direita se unificou, e agora? O movimento social e o movimento sindical têm que perceber isso.